



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2022**

(Processo Administrativo n. 0000533-42.2022.4.01.8012)

A **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA – SJRO**, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, 76.805-902, Porto Velho, Rondônia, por intermédio do (a) pregoeiro (a) Luciano Alves de Souza, designado (a) por meio da Portaria SJRO-Secad 62/2021, id. 12718349, torna público aos interessados que, nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; do Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019; do Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018; do Decreto n. 7.746, de 05 de junho de 2012; das Instruções Normativas SEGES/MP n. 05, de 26 de maio de 2017 e n. 03, de 26 de abril de 2018; da Instrução Normativa SLTI/MP n. 01, de 19 de janeiro de 2010; da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006; do Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento o **MENOR VALOR GLOBAL**, sob a forma de **EXECUÇÃO INDIRETA**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICODia 27/07/2022, às 10 horas (horário de Brasília), no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**.

Código UASG da SJRO: 090025.

Unidade interessada e responsável da UG: Seção de Serviços Gerais – Seseg.

Contato da unidade interessada: seseg.ro@trf1.jus.br.Contato do pregoeiro: e-mail: luciano.souza@trf1.jus.br com cópia para selit.ro@trf1.jus.br.**SEÇÃO I – DO OBJETO**

1. A presente licitação tem como objeto a escolha mais vantajosa para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial, apoio operacional, apoio à manutenção predial, apoio copa e apoio administrativo, com fornecimento de material de higiene e limpeza, uniforme, EPIs, ferramentas e equipamentos, pelo prazo de 30 (trinta) meses, para atender às necessidades da Seção Judiciária de Rondônia e seus anexos, em Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, anexos respectivos e na tabela a seguir:

ATIVIDADES DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida (para aferição da quantidade)	Quantidade Estimada de Postos	Jornada de Trabalho

			de postos)		
1	Servente de Limpeza	5143-20	m²	07	8 horas diárias ou 44 horas semanais
2	Servente de Limpeza p/ Banheiros Públicos/Coletivos/Salas Médicas Odontológicas	5143-20		02	
3	Jardineiro	6220-10		01	
ATIVIDADES DE APOIO COPA					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade	Jornada de Trabalho
4	Copeira	5134-25	Posto	02	8 horas diárias ou 44 horas semanais
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade	Jornada de Trabalho
5	Auxiliar de Serviços Gerais	5143-25	Posto	02	8 horas diárias ou 44 horas semanais
6	Encarregado das Atividades de Limpeza e Conservação Predial	4101-05		01	
ATIVIDADES DE APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade	Jornada de Trabalho
7	Eletricista de Baixa Tensão	7321-20	Posto	01	8 horas diárias ou 44 horas semanais
8	Oficial de Manutenção Predial	5143-25		01	
ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO					
Item	CATEGORIA	CBO	Unidade de Medida	Quantidade	Jornada de Trabalho
9	Assistente administrativo	4110-10	Posto	07	8 horas diárias ou 44 horas semanais
10	Auxiliar de Escritório	4110-05		41	
11	Almoxarife	4141-05		01	
12	Recepcionista	4221-05		02	
13	Mensageiro Motorizado	4122-05		01	
14	Encarregado das Atividade de Apoio Administrativo	4101-05		01	
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA DE POSTOS				70	

- Para a perfeita execução dos serviços, a futura CONTRATADA deverá disponibilizar, além da mão de obra, os materiais de limpeza e higienização, os uniformes, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo VI deste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.
- A CONTRATANTE solicitará mensalmente os materiais de limpeza e higienização necessários à futura CONTRATADA para a execução dos serviços de limpeza, equivalente ao período mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- As licitantes deverão observar o detalhamento das atividades referente aos postos de serviço está contido na Descrição das Atribuições dos Postos de Serviços – Anexo VII deste Edital, além

da Qualificação Mínima Exigida para Cada Categoria – Anexo VIII deste instrumento.

5. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e por produtividade, a ser contratada mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.
6. Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta, adjudicado a uma única empresa.
7. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
8. Em caso de discordância entre as especificações descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão as deste instrumento.

SEÇÃO II – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 11.425.643,29** (onze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos), com previsão orçamentária na Unidade Gestora: 090025; Natureza de Despesa: 339039 – Serviço de Pessoa Jurídica.
 - a. O valor detalhado no item 9 será considerado o **preço máximo** a ser aceito pelo pregoeiro neste certame.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

10. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
11. O cadastro no Sicaf deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.gov.br/compras**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP/Brasil.
12. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
13. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
14. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - a. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

SEÇÃO IV – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

15. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sicaf, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SEGES/MP n. 3/2018.
 - a. As licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
16. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - a. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - b. que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
 - c. que, embora qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, § 4º, da Lei Complementar 123/2006;
 - d. impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - e. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - f. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n. 8.666/1993;
 - g. proibido de contratar com o Poder Público, em razão de prática de ato de improbidade, nos termos do artigo 12 da Lei 8.429/1992;
 - h. proibido de contratar com o Poder Público, em razão de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, V, da Lei 9.605/1998;
 - i. declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
 - j. cujo estatuto ou contrato social não contemple atividade econômica compatível com o objeto deste Pregão;
 - k. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - l. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - m. sociedade integrante de um mesmo grupo econômico, quando uma das empresas já estiver participando da presente licitação, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - n. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/2014–TCU–Plenário);
 - o. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017.
17. Nos termos do artigo 5º do Decreto n. 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
 - a. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
18. Para os fins do disposto no item anterior, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF n. 13, artigo 5º, inciso V, da Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013 e artigo 2º, inciso III, do Decreto n. 7.203, de 04 de junho de 2010).
19. É dever da licitante acompanhar as operações ocorridas no sistema eletrônico, sendo responsável

exclusiva pelas transações efetuadas em seu nome, pelas informações, mensagens e documentos apresentados em qualquer fase da licitação ou pelo ônus decorrente de fato alheio ao certame ou inobservância de qualquer mensagem emitida durante a sessão.

20. Às microempresas e empresas de pequeno porte que comprovem tal condição, nos termos da Lei Complementar 123/2006, é assegurado o tratamento diferenciado.
 - a. A comprovação deverá ser realizada por meio do ato constitutivo ou documento equivalente, registrado no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
21. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão ou locação de mão de obra, conforme previsto no artigo 31 da Lei 8.212/1991 e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa RFB 971/2009, a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar 123/2006.
 - a. A licitante optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar 123/2006.
 - b. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria SJRO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar 123/2006.
22. Nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
23. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - a. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
 - i. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - ii. quando se aplicar, nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - b. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - c. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - d. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - e. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos

termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- f. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa Seges n. 102, de 2020;
 - g. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
 - h. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.
24. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

SEÇÃO V – DA VISTORIA

25. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade de execução do objeto, mediante prévio agendamento de horário junto à Seção de Serviços Gerais – Seseg, de segunda a sexta-feira, das 11 às 16 horas, por meio do e-mail seseg.ro@trf1.jus.br.
- a. **Após a vistoria, será expedida Declaração de Vistoria pela Seseg.**
26. Em razão da possibilidade de realização da vistoria, não caberá às licitantes a alegação de desconhecimento das condições de prestação dos serviços como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou pleitearem eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.
- a. A licitante que optar por não realizar a vistoria, para efeito de qualificação técnica, apresentará declaração de conhecimento de todas as condições locais e informações necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto desta licitação.
 - b. O órgão não se responsabiliza pela impossibilidade material de atender às licitantes que não realizarem o ato com antecedência suficiente e necessária.

SEÇÃO VI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

27. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **CONCOMITANTEMENTE com os documentos de habilitação exigidos no Edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, **SOB PENA DE INABILITAÇÃO**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- a. Quanto aos documentos de habilitação exigidos no Edital, atentar-se em especial àqueles não estão disponíveis no Sicaf.
 - b. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
28. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

29. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123/2006.
30. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
31. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
32. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
33. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

SEÇÃO VII – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

34. A licitante consignará, de forma expressa no sistema eletrônico, o **VALOR GLOBAL** referente à prestação dos serviços por 30 (trinta) meses, período definido da contratação, bem como as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I e demais anexos, já considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes a prestação dos serviços, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
35. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar os **VALORES UNITÁRIOS** e **VALORES TOTAIS**, utilizando **Planilhas de Custos e Formação de Preços por Posto de Serviço – Anexo IV** deste instrumento, considerando os valores totais de todos os postos para a vigência de 30 (trinta) meses.
36. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:
 - a. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;
 - b. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - c. a proposta foi elaborada de forma independente;
 - d. não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
 - e. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
 - f. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;
 - g. cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT;
 - h. atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, caso enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
37. As declarações previstas no subitem anterior deverão ser realizadas pela licitante exclusivamente por meio do sistema Comprass.gov.br, no momento de envio da proposta inicial, sendo obtidas

pelo pregoeiro na fase de habilitação.

38. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
39. Sagrar-se-á vencedora a empresa que ofertar o **MENOR VALOR GLOBAL**.
40. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
41. As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, quando couber.
 - a. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

SEÇÃO VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

42. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
43. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência – Anexo I.
 - a. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - b. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
44. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
45. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e as licitantes.
46. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - a. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.
47. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
48. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 20,00 (vinte reais)**.
49. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - a. O intervalo entre os lances enviados pelo mesma licitante não poderá ser inferior a 20

(vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

50. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
51. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
52. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
53. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
54. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
55. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os itens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
 - a. Na hipótese do item anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
56. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
57. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
58. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
59. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
60. O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
61. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
62. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.
63. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
64. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
65. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa

de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

66. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
67. A ordem de apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
 - a. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
 - i. prestados por empresas brasileiras;
 - ii. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - iii. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
68. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
69. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - a. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
70. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
71. **Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.**
72. O pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - a. O prazo especificado no *caput* aplica-se tão somente à convocação da licitante classificada inicialmente em primeiro lugar, cabendo ao pregoeiro, nas demais convocações, se houver necessidade de envio de documentação complementar ou ajustada ao lance ofertado, fixar prazo razoável para o envio da documentação, nunca inferior a 1 (uma) hora, ressalvada a hipótese de aceitação de prazo menor pela licitante convocada, devidamente registrada no *chat*.
 - b. Após a primeira convocação, é dever das licitantes remanescentes acompanharem as mensagens trocadas no *chat*, considerando sempre a possibilidade de desclassificação ou inabilitação da licitante anterior.
 - c. Caso a licitante não consiga enviar a documentação complementar ou ajustada ao lance ofertado, por meio do sistema Compras.gov.br, deverá solicitar ao pregoeiro, dentro do prazo de envio, endereço eletrônico para realização da remessa.
 - d. A documentação encaminhada por meio de endereço eletrônico poderá ser solicitada pelas demais licitantes, mediante requerimento no endereço eletrônico indicado para a remessa.
 - e. Os documentos remetidos por meio do sistema Compras.gov.br ou de endereço eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em

prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro.

- f. Os originais e as cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Seção Judiciária do Estado de Rondônia, situada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP 76805-902, no setor indicado pelo pregoeiro.
- g. Iniciado o Pregão, a licitante que desistir de sua proposta ou abandonar a sessão será desclassificada e estará sujeita às sanções previstas neste Edital.
 - i. Considera-se desistência da proposta, dentre outras hipóteses, o pedido de desclassificação fundamentado em erro de cálculo ou interpretação equivocada do Edital.
 - ii. Configura abandono da sessão a ausência de manifestação ou de envio da documentação no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

SEÇÃO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 73. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7º e no § 9º do artigo 26 do Decreto n. 10.024/2019.
 - a. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico dos setores competentes, a fim de orientar sua decisão.
 - b. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou preço ou vantagem com base nas ofertas das demais licitantes.
 - c. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais, equipamentos e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
 - d. O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das Planilhas de Custos e Formação de Preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes ou a planilha apresente erros de preenchimento, sendo vedado o aumento do valor total da proposta
 - e. Não será aceita proposta com preços manifestamente inexequíveis.
 - f. Considerar-se-á inexequível a proposta que não demonstre sua viabilidade por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.
 - g. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei n. 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - i. questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - ii. verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
 - iii. levantamento de informações junto ao Ministério da Economia;
 - iv. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

- v. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - vi. verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
 - vii. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
 - viii. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
 - ix. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
 - x. estudos setoriais;
 - xi. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
 - xii. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços; ou
 - xiii. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
74. A proposta de preços e as planilhas de custos e formação de preços deverão ser encaminhadas pela licitante exclusivamente via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada igualmente pelo pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor. A proposta deverá conter ainda, de acordo com o Formulário Modelo de Proposta – Anexo III:
- a. prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
 - b. especificações descrição completa do objeto;
 - c. valor unitário; valor mensal; valor anual e valor total por posto;
 - d. valor total dos serviços;
 - e. valor para aquisição de material de limpeza e higienização;
 - f. valor para horas extras e deslocamentos (rubrica fixa e não passível de disputa, mas compõe o valor global da proposta);
 - g. valor global da proposta (valor total da contratação);
 - h. valor unitário, valor mensal, valor anual, valor global por posto e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), com limitação de 2 (duas) casas decimais, sendo o valor unitário, valor mensal, valor anual, valor global por posto em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso;
 - i. redação em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal;
 - j. banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento;
 - k. razão social completa da licitante, número do CNPJ, endereço, telefone(s) e e-mail, todos válidos e atualizados;
 - l. nome completo, número do RG e do CPF e cargo do representante da empresa que assinará o **Contrato**.
 - i. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no Sicafe, a licitante vencedora deverá anexar cópia da procuração ou contrato social que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.
75. As planilhas de custos e formação de preços disponíveis no Anexo IV do Edital são meramente referenciais, podendo ser utilizado modelo diverso pela licitante, desde que devidamente preenchido; apto a demonstrar a exequibilidade da proposta de preços e guardando observância aos limites estabelecidos em normativos de referência.

76. As licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas, para os serviços de LIMPEZA e JARDINAGEM, descritos nos itens 1, 2 e 3 da tabela disposta no item 1 deste Edital, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- Caberá à licitante realizar as adequações técnica da metodologia empregada, visando assegurar a execução com nível de qualidade e periodicidade exigidos neste instrumento, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
 - Deverá ser demonstrada a viabilidade técnica de executar os serviços nos seus termos, bem como garantir o fornecimento de todos os materiais de limpeza e higiene, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
77. Independentemente do modelo adotado, as planilhas custos e formação de preços deverão ser entregues no formato .pdf, assinadas pelo representante da empresa, bem como no formato Excel, com as devidas fórmulas, vinculações e memórias de cálculos, a fim de viabilizar a análise da proposta de preços pelo pregoeiro.
- Os erros nos preenchimentos das planilhas não serão motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
78. Além do critério do preço, no julgamento de classificação e aceitação das propostas será verificado o atendimento aos seguintes requisitos e condições:
- observação das regras expressas no instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos de cumprimento de obrigações, às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade estabelecidos;
 - isenção de vícios e observação de normas e leis aplicáveis ao objeto do certame, em especial aos dispositivos de Convenção Coletiva de Trabalho pertinente;
 - apresentação da proposta de forma clara e objetiva, com todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, além de outros requisitos estabelecidos no Edital:
 - o preço unitário, mensal, anual e o global para 30 (trinta) meses, conforme modelo de Formulário Modelo de Proposta – Anexo III;
 - os custos decorrentes da execução contratual deverá ser demonstrado mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços.
 - indicação dos sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviços e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);
 - preços ofertados refletindo corretamente os custos envolvidos na contratação, com salários e benefícios, encargos sociais, tributos e demais elementos componentes do preços baseados em acordo ou convenção coletiva e em legislação vigentes;
 - produtividade adotada **(com a finalidade de aferir a quantidade de postos de servente de limpeza/servente de limpeza – banheiros públicos/jardineiro que comporão a proposta de preços)** e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;
 - a quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual, conforme definido pela Administração;
 - compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado pela Administração e em

consonância com aqueles praticados no mercado;

- i. ofertas com preços superiores àquele definido como máximo pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando sua redução para valor igual ou inferior ao definido, sendo recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;
 - ii. no caso de verificação da compatibilidade ocorrer em decorrência de oferta de preço demasiadamente inferior àquele definido como máximo pela Administração e aos praticados pelo mercado, o pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei n. 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;
 - iii. a inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada, de modo que, atendidas as exigências legais, os custos referentes a outros componentes da planilha possam ser diminuídos para fim de cobertura do item inicialmente inexequível, nos termos do Acórdão 4.621 – 2ª Câmara – TCU;
 - iv. será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta quando a mesma apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o item e a sua inexequibilidade não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não permitindo a sua imediata recusa.
- i. apresentação da relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, se for o caso, indicando o quantitativo e sua especificação.

79. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017, que:

- a. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;
 - b. contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - c. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - d. apresentar preço final superior ao preço máximo, quando fixado (Acórdão n. 1455/2018–TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- i. Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que, no que couber:
- I. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, guardando-se observância às exigências inerentes ao serviço que se pretende contratar;
 - II. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

80. Quando a licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela

análise da proposta, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

81. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
 - a. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
82. O pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo nunca inferior a 1 (uma) hora, ressalvada a hipótese de aceitação de prazo menor pela licitante convocada, devidamente registrada no *chat*, sob pena de não aceitação da proposta.
 - a. **Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e JÁ APRESENTADOS previamente à abertura da sessão, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo constante neste Edital.**
 - b. **O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.**
 - c. **Caso solicitado o envio de documentos complementares, não será aceito envio de documento novo, que já não tenha sido anexado junto à proposta, conforme previsto no art. 26, caput, do Decreto Federal n. 10.024/2019.**
83. Ressalva-se, para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
84. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.
85. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para continuidade da sessão.
86. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
87. **Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.**

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

88. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a. Sicaf;
 - b. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

89. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
90. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
91. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
92. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ela abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n. 03/2018.
- A interessada, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa Seges/MP n. 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.
93. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em prazo nunca inferior a 1 (uma) hora, salvo com anuência da licitante, sob pena de inabilitação.
94. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
95. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
96. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
97. Ressalvado o disposto no item 19, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

98. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a. sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - b. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
 - c. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - d. no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
99. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
100. Em qualquer caso, deverá constar dentre os objetivos sociais elencados no documento de constituição a execução de atividade econômica de natureza compatível com o objeto da licitação.
101. Para habilitação jurídica, também será verificada a composição societária das empresas e eventual participação indireta que ofenda ao artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993.

102. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
 - b. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a que se refere a presente licitação;
 - c. prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
 - d. prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal;
 - e. prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
 - f. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
103. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

104. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- b. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - i. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de

- balanço patrimonial do último exercício financeiro. (artigo 3º do Decreto n. 8.538/2015);
- ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - iii. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- c. a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:
- i. $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - ii. $SG = (\text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - iii. $LC = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante})$.
- d. o Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- e. comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- f. apresentação de Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública – Anexo XIV deste instrumento, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido da licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “e” acima, observados os seguintes requisitos:
- i. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
 - ii. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deverá apresentar justificativas.
- g. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, à critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do lote/item pertinente.

105. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DA EMPRESA:

- a. para efeito de qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a aptidão da empresa para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto.
 - i. entende-se por atividade pertinente e compatível a aptidão para gestão de mão de obra com quantidade mínima de 35 (trinta e cinco) postos, por período não inferior a 3 (três) anos, ininterruptos ou não.
 - ii. é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não

contínuos, para fins da comprovação de que trata o item imediatamente acima, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos.

- iii. somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- iv. poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- v. o atestado emitido por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado deverão constar o nome completo do signatário e o número do seu CPF, estando todas as informações sujeitas à verificação de veracidade durante a licitação, podendo o pregoeiro solicitar outros documentos comprobatórios, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, cópia de notas fiscais, endereço atual da contratante, local em que foram prestados os serviços, telefones e e-mails de contato da contratante, dentre outras diligências.
- vi. para o cálculo da qualificação técnico-operacional, não serão considerados os períodos de execução posteriores à data de emissão dos respectivos atestados de capacidade técnica e somente serão computados os períodos em que houver a execução de serviço com o quantitativo mínimo de 35 (trinta e cinco) postos, na forma do exemplo abaixo:

Contrato de Origem	Contratante	Objeto/Postos	Data do atestado	Data de início	Data de término	Quantidade de postos
A	xxxxxxx	Limpeza com dedicação exclusiva/Servente de Limpeza	30/04/2022	01/01/2022	20/05/2022	30
B	yyyyyyy	Portaria com dedicação exclusiva/Agente de Portaria	01/06/2022	01/02/2022	01/02/2023	10
Período em que comprovada a execução concomitante de 35 ou mais postos				01/02/2022 ¹	30/04/2022 ²	88 dias
Conversão do período em ano(s), mês(es) e dia(s)				0 ano(s), 2 mês(es) e 28 dia(s)		
¹ Não foram considerados os períodos anteriores a 01/02/2022 e posteriores a 30/04/2022, pois não atendida a quantidade mínima de 35 postos. No período de 01 a 31/01/2022, por exemplo, a empresa executou somente o contrato A, que contava com apenas 30 postos de serviço. Foi a partir de 01/02/2022, com o início do contrato B, que a empresa passou a gerenciar, de forma concomitante, mais 10 postos, totalizando 40 postos no período de 01/02/2022 a 30/04/2022.						
² Não foram considerados os períodos totais de execução dos contratos, pois o atestado se limita a certificar a execução ocorrida até a sua data. Ou seja, se o contrato A iniciou no dia 01/01/2022 e o atestado foi emitido em 30/04/2022, somente esse período pode ser considerado válido, posto que não se atesta serviço ainda não executado. O período de execução somente é integralmente computado quando o atestado é emitido após o seu encerramento.						

- b. será exigida apresentação de declaração de que a licitante possui ou instalará escritório na cidade de Porto Velho/RO, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.
106. Quando couber, caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e, uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, essa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa;
107. Eventual não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;
108. **Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma;**
109. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;
110. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
111. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

SEÇÃO XI – DO FORNECIMENTO DO MATERIAL DE LIMPEZA

112. Os produtos e materiais de limpeza serão fornecidos de acordo com a demanda da Administração e estão relacionados no item 5 da Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo VI deste Edital.
113. A despesa mensal do material de limpeza, a relação dos materiais a serem utilizados e as suas respectivas vidas úteis foram estimadas com base nos relatórios apresentados pela Semap: Saldo de materiais em estoque (15058854) e Consumo últimos doze meses (15059178) que subsidiaram o Relatório de Materiais de uso da Seseg, com média de consumo e duração do estoque, acrescido de 15% (quinze por cento).
114. Foi destacado valor estimado de **R\$ 1.053.131,99** (um milhão, cinquenta e três mil, cento e trinta e um reais e noventa e nove centavos), que servirá de parâmetro para as requisições de material de limpeza no decorrer da execução contratual, necessário para o fornecimento de materiais em quantidade mínima para a perfeita execução dos serviços, podendo haver variação para mais ou para menos, de acordo com a necessidade da Administração, inclusive dentro da estimativa de cada produto, limitado ao valor total estimado para 30 (trinta) meses.
115. A requisição do material será feita pelo gestor do contrato, juntamente com o preposto da contratada, a partir do 20º (vigésimo) dia de cada mês. Poderão ser realizadas requisições fora do período estabelecido neste item, desde que a necessidade do material interfira diretamente na qualidade da execução dos serviços.
116. Os materiais requisitados deverão ser entregue à contratante até o 5º (quinto) dia útil, após o

recebimento da requisição, nas dependências e horário de expediente da contratante, acompanhado da respectiva relação, especificando o produto, a marca/modelo, quantidade fornecida, valor unitário e total, para atesto do recebimento, observando-se a periodicidade prevista no item 5 da Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo VI deste Edital, sendo que, no primeiro mês de vigência contratual, os materiais deverão ser entregues pelo menos 05 (cinco) dias úteis antes do início da prestação dos serviços.

117. Deverão ser priorizadas as aquisições de materiais no comércio local, salvo justificativa devidamente fundamentada apresentada pela contratada.
118. Para aferição qualitativa, a contratada deverá indicar a marca/modelo do material que será fornecido durante a execução contratual, de modo a atender todas as exigências, devendo ser analisado pelo gestor do contrato. Tal indicação de marca/modelo, considerando o tempo prolongado do contrato, não impede que durante a execução itens específicos tenham suas marcas/modelos alteradas, determinadas pelas alterações/limitações do mercado. Para tal alteração, a contratada deverá formalizar junto ao gestor a troca da marca/modelo, com indicação da substitutiva, com todos os elementos necessários (prospectos, catálogos, rótulos, registros na Anvisa, etc.) para que possa ser analisado e aprovado, previamente ao fornecimento.
119. O ressarcimento mensal, pela contratante, da despesa com fornecimento de material de limpeza, será realizado considerando o quantitativo efetivamente entregue e os respectivos custos unitários constantes da proposta comercial, quando do pagamento mensal dos serviços, nos termos da Seção.
120. Para que essa despesa não gere prejuízo à contratada, inviabilizando sua atividade, e como forma de se garantir a concessão de um futuro pedido de reequilíbrio financeiro em razão de alteração de custos, os custos constantes da proposta vencedora deverão estar em conformidade com os preços praticados no mercado, considerando a qualidade e rendimento.
121. Anualmente, as quantidades poderão ser revistas, para se adequarem ao consumo real da unidade, com a consequente reavaliação dos valores reservados para aquisição dos materiais de higiene e limpeza.
122. A descrição de marca/modelo dos produtos do item 5, da Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo VI, destina-se a referenciar aspectos de qualidade e produtividade, a partir do histórico e experiência de uso da contratante.
123. Entende-se como similar o produto de outra marca/modelo que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados.
124. A contratada deverá usar material de limpeza e outros produtos químicos aprovados pelos órgãos governamentais competentes, devendo ser entregues em embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos às pessoas, meio ambiente ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e todas as demais instalações existentes nas dependências da contratante.
125. No que concerne ao item 5.3 (materiais de consumo imediato) e ao item 5.4 (materiais de consumo duráveis) da Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais – Anexo VI, classificados como produtos saneantes pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, conforme [Resolução ANVISA RDC n. 32/2013](#) (produtos saneantes risco 2), [Resolução ANVISA n. 59/2010](#) (produtos saneantes risco 1) e [Resolução ANVISA n. 110/2016](#) (produtos saneantes categorizados como água sanitária, risco 2), os produtos ofertados pelas licitantes no certame deverão estar REGISTRADOS e/ou com a NOTIFICAÇÃO de produtos, expedida por essa agência reguladora, com situação deferida e vigente, sob pena de recusa da proposta.
126. O gestor do contrato poderá solicitar o certificado de registro e/ou notificação do produto junto a Anvisa, ou poderá realizar a consulta diretamente no sítio eletrônico oficial: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/>.

SEÇÃO XII – DA DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

127. Por definição, trata-se dos materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:
- a. Desinfetantes: destinados a destruir indiscriminada ou seletivamente, microorganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
 - b. Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicação de uso doméstico;
 - c. Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido;
 - d. São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.
128. A empresa fornecedora deverá fornecer produtos e materiais que se adequem as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na fabricação dos mesmos, conforme os art. 5º parágrafos I, e II, e art. 6º parágrafos I, II, III, IV, V, VI e VII da Instrução Normativa n. 1/2010, do MPOG, que especifica os seguintes critérios:

Art. 5º- (...)

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Art. 6º- (...)

I – Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

124. Deverão ser entregues somente materiais de primeira linha de qualidade, a serem entregues em embalagens de fábrica ou de comercialização.
125. O fornecedor só poderá usar produtos químicos aprovados pelo órgão governamental competente – Anvisa, e que não causem danos a pessoas ou animais domésticos, a revestimentos, pisos, instalações e rede de água e esgoto do prédio.
126. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a empresa contratada deverá, quando do fornecimento dos materiais,

nos casos que não dispuser de forma específica da descrição de cada material:

- a. Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;
- b. Dar preferência para produtos reciclados e recicláveis, constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis;
- c. Atentar para não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- d. Usar produtos fabricados com madeira de origem legal, ou feitos com material reciclados;
- e. Observar que os produtos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS.

SEÇÃO XIII – DO ESCRITÓRIO LOCAL DA CONTRATADA

127. Com base no histórico da gestão e fiscalização das contratações anteriores, bem como na Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 – SINTELPES/RO – Anexo XV, cláusula quinquagésima segunda – Empresas de Outros Estados, caso a contratada não possua matriz ou filial no município de Porto Velho/RO, será exigida a instalação de escritório local, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início da vigência do contrato, para viabilização da adequada gestão e fiscalização dos serviços, conforme definido no item 10.6, alínea "a", do Anexo VII-A, da Instrução Normativa n. 5, de 26 de maio de 2017.
128. O escritório local da contratada deverá conter pessoal qualificado e em quantidade suficiente para garantir a adequada execução do objeto contratado, com capacidade operacional para receber e solucionar as demandas da contratante, além de planejar e executar toda a logística de fornecimento dos uniformes, ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza e higienização exigidos na contratação, assim como realizar todos os procedimentos pertinentes a seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados colocados à disposição do contrato, não sendo considerada válida a mera designação de terceiro sem poderes ou condições pessoais ou estruturais para executar o encargo.
129. A fim de evitar atrasos na entrega dos materiais de limpeza e higienização, o escritório deverá ter capacidade de armazenamento suficiente para atender as requisições da contratante, equivalentemente a um período mínimo de 2 (dois) meses, bem como adotar estratégias adequadas de entrega, no quantitativo e prazos, conforme definido no Seção XI deste instrumento.
130. É vedada a delegação das atividades de escritório, recursos humanos, ou específica do preposto da contratada aos encarregados contratados, cujas atribuições estão definidas na Descrição das Atribuições dos Postos de Serviços – Anexo VII.

SEÇÃO XIV – DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

131. Os serviços de atividades de limpeza e conservação predial, apoio operacional e apoio à manutenção predial serão prestados nos seguintes locais:
 - a. **Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia:** Av. Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
Área Interna	Pisos acarpetados	306,92m²	6.510,19m²
	Pisos Frios - Alta densidade mobiliário	204,69m²	
	Pisos Frios - Média densidade mobiliário	4.115,08m²	
	Pisos Frios - Baixa densidade mobiliário	1.040,66m²	
	Banheiros Públicos e Coletivos	133,73m²	
	Banheiros Privativos	100,70m²	
	Almoxarifados/Galpões	277,49m²	
	Oficinas	246,54m²	
	Salas Odontológicas / Médicas	84,38	
Área Externa	Varrição de passeios e Estacionamento	4.757,16m²	7.374,12m²
	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	2.616,96m²	
Esquadrias Externas e Fachadas Envidraçadas	Face externa com exposição à situação de risco	1.238,00m²	1.245,35m²
	Face externa sem exposição à situação de risco	7,35m²	

- b. **Anexo I – Arquivo Judicial e Administrativo e Depósito Judicial:** Rua Getúlio Vargas, 2891 – São Cristóvão, Porto Velho/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
Área Interna	Pisos Frios - Alta densidade mobiliário	297,22m²	364,71m²
	Pisos Frios - Média densidade mobiliário	58,79m²	
	Banheiros Privativos	8,70m²	
Área Externa	Varrição de passeios e Estacionamento	372,62m²	737,85m²
	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência quinzenal	365,23m²	
Esquadrias Externas	Face externa sem exposição à situação de risco	22,50m²	22,50m²

- c. **Anexo II – Depósito Geral:** Rua Itália, 2218 – Pedrinhas, Porto Velho/RO, com as seguintes aferições:

TIPO	DESCRIÇÃO	ÁREA	ÁREA TOTAL
Área Interna	Pisos Frios - Alta densidade mobiliário	16,78m²	192,53m²
	Pisos Frios - Média densidade mobiliário	131,89m²	
	Pisos Frios - Baixa densidade mobiliário	10,47m²	
	Banheiros Privativos	27,80m²	
	Almoxarifados/Galpões	5,59m²	

Área Externa	Varrição de passeios e Estacionamento	118,56m ²	525,43m²
	Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência quinzenal	406,87m ²	
Esquadrias Externas	Face externa sem exposição à situação de risco	33,96m ²	33,96m²

132. Os demais serviços de atividades de Apoio Copa e Apoio Administrativos serão prestados, preferencialmente, nos seguintes locais:
- Edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia:** Av. Presidente Dutra, n. 2203 - bairro Baixa da União - Porto Velho/RO;
 - Anexo I (Arquivo Judicial e Administrativo e Depósito Judicial):** Rua Getúlio Vargas, n. 2891 - bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO.

SEÇÃO XV – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

133. **A proposta final da licitante deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, atendendo às disposições constantes dos itens 74 ao 78 deste Edital, guardando observância igualmente aos itens das Seções VI e VII deste instrumento.**
134. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam-se à contratada.
135. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
136. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra licitante.
137. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

SEÇÃO XVI – DOS RECURSOS

138. O pregoeiro declarará a vencedora e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
139. Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- Nesse momento, o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a

decadência desse direito.

- c. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

140. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

141. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

SEÇÃO XVII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

142. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar n. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

143. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

- a. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sicafe, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

SEÇÃO XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

144. O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

145. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

SEÇÃO XIX – DA CONTA VINCULADA

146. Serão retidas do pagamento do valor mensal devido à contratada as rubricas de encargos trabalhistas referentes a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, conforme Resolução CNJ 169/2013 e Instrução Normativa CJF 01/2013, e de acordo com os percentuais e condições discriminados na minuta contratual em anexo.

147. Os valores provisionados serão depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em banco público indicado pela Seção Judiciária de Rondônia, em nome da contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem da Seção Judiciária de Rondônia.
148. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta serão suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial.
 - a. Os valores das taxas de abertura e manutenção serão retidos do pagamento mensal devido à contratada, para depósito na própria conta, caso o banco promova o desconto diretamente na conta vinculada.
149. A Seção Judiciária de Rondônia. oficiará o banco para abertura da conta-depósito vinculada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.
150. A contratada terá prazo de 20 (vinte) dias consecutivos, contado da assinatura do contrato, para entregar a documentação necessária e assinar termo específico do banco público oficial que permita à Seção Judiciária de Rondônia. ter acesso aos saldos e extratos da conta, e que vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.
151. Os recursos depositados na conta vinculada serão aplicados automaticamente pela instituição bancária em conta poupança para pessoa jurídica, remunerada diariamente pelo índice da caderneta de poupança.
152. A fim de cumprir o disposto no artigo 147 da CLT e parágrafo único do artigo 1º do Decreto 57.155/1965, será retida integralmente a parcela relativa às férias e 13º salário proporcionais quando a prestação de serviços, no mês de referência, for igual ou superior a 15 (quinze) dias.
153. Durante a execução do contrato, a contratada poderá solicitar autorização da Seção Judiciária de Rondônia. para resgatar ou movimentar os valores despendidos com o pagamento das rubricas provisionadas na conta vinculada, estritamente nas condições definidas na minuta contratual em anexo.
154. A contratada recomporá os saldos da conta vinculada, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação pela contratante, nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valores, sob pena de glosa do valor no pagamento(s) subsequente(s) a determinação judicial, além da aplicação das sanções legais e contratuais.
155. O saldo remanescente da conta vinculada, relativo às rubricas contingenciadas, será liberado à contratada na forma estabelecida na Minuta do Contrato – Anexo V.
156. O detalhamento das condições e procedimentos relativos à conta vinculada estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo V.

SEÇÃO XX – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

157. A licitante vencedora apresentará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, podendo optar por uma das modalidades previstas no artigo 56 da Lei 8.666/1993.
158. A garantia permanecerá válida durante toda a vigência contratual e por, no mínimo, 3 (três) meses após o término da contratação, devendo ser renovada a cada prorrogação e atualizada a cada reajustamento ou modificação do valor do contrato, ou sempre que utilizada, total ou parcialmente, para recolhimento de multas, indenizações ou obrigações contratuais devidas pela contratada.
159. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da

Administração.

160. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- prejuízos advindos de descumprimento do objeto e das demais obrigações contratuais;
 - multas punitivas aplicadas à contratada;
 - prejuízos diretos causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
 - obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas não honradas pela contratada.
161. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior ou que apresentem condições restritivas que impeçam ou dificultem a sua execução pela Seção Judiciária de Rondônia.
162. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.
- O valor da multa moratória por atraso na garantia poderá ser glosado dos pagamentos devidos à contratada.
163. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Seção Judiciária de Rondônia a promover a retenção dos pagamentos devidos a contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.
- A retenção efetuada não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a contratada.
 - A contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
164. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Seção Judiciária de Rondônia.
165. Quando houver atualização do valor contratado, por meio de repactuações e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a contratada deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.
166. Em caso de garantia na modalidade fiança bancária, deverá constar, na carta de fiança, expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 da Lei 10.406/2002, com cláusula de atualização.
167. A opção pelo seguro-garantia somente será aceita se a seguradora ou garantidora das obrigações assumidas pela contratada declarar expressamente, no instrumento competente, a ciência das cláusulas de inadimplemento do contrato e de suas respectivas sanções, às quais estará vinculada incondicionalmente para efeito de pagamento da quantia segurada ou garantida, mediante simples requisição da Seção Judiciária de Rondônia, independentemente de manifestação prévia do tomador ou afiançado.
168. Os títulos da dívida pública interna deverão ser apresentados na forma escritural, registrados em centrais de liquidação e de custódia autorizadas pelo Banco Central do Brasil – Bacen e oferecidos em garantia pelo valor econômico informado pelo Tesouro Nacional.
- Não serão admitidos títulos ou apólices cartulares da dívida pública interna, certificados de

custódia ou outros que não atendam às condições deste item.

169. Quando da rescisão contratual, o gestor do contrato verificará a quitação das verbas trabalhistas rescisórias por parte da contratada ou a comprovação de que seus empregados serão realocados em outra atividade sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- a. Até que a contratada comprove o disposto no caput, a Seção Judiciária de Rondônia deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores caso a empresa não efetue ou não comprove os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.
170. A garantia será liberada mediante solicitação da contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, desde que comprovado o pagamento de todas as verbas trabalhistas rescisórias decorrentes da contratação e desde que inexistente qualquer pendência contratual.

SEÇÃO XXI – DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA SEI

171. Homologado o Pregão, a Seção Judiciária de Rondônia, por meio da Seção de Compras e Licitações – Selit, convocará a adjudicatária para, via e-mail, no prazo de 1 (um) dia útil:
- a. informar os dados de seu representante legal e apresentar os documentos que comprovem os seus poderes para assinar o contrato; e
 - b. demonstrar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando inviável a obtenção por meio de consulta ao Sicaf ou aos sítios eletrônicos oficiais.
172. Recebida e conferida a conformidade das informações e documentos, a Seção de Compras e Licitações – Selit encaminhará à adjudicatária tutorial ou canal eletrônico de comunicação de dados (*link*), para cadastramento da empresa e de seu representante legal, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

SEÇÃO XXII – DO CONTRATO

173. Após homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado contrato.
174. Confirmado o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a adjudicatária terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- a. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração;
 - b. O contrato será disponibilizado à adjudicatária, por meio do endereço eletrônico informado no sistema, para acesso ao inteiro teor do contrato e assinatura eletrônica do documento.
175. A convocação e as comunicações com a Seção Judiciária de Rondônia serão realizadas mediante e-mail, salvo se demonstrada a impossibilidade de utilização deste meio, hipótese na qual será admitida a via postal.
176. Caso a adjudicatária não cumpra as obrigações e condições estabelecidas nesta Seção ou se recuse a fazê-lo, será facultado à Seção Judiciária de Rondônia convocar outra licitante para assinar o contrato, condicionada à prévia negociação de preços e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, sujeitando-se a

adjudicatária à aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

- a. **Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.**

177. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/1993 e, ainda, devidamente previsto no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Contrato – Anexo V.
178. Previamente à contratação, a Seção Judiciária de Rondônia realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa n. 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do artigo 6º, III, da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao Cadin.
 - a. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos.
179. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.
180. Na hipótese de a vencedora da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Seção Judiciária de Rondônia, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a essa licitante, poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

SEÇÃO XXIII – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

181. A regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e e na Minuta de Contrato – Anexo V deste Edital.

SEÇÃO XXIV – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

182. As disposições sobre a gestão e a fiscalização do contrato estão previstas no Termo de Referência – Anexo I e e na Minuta de Contrato – Anexo V deste Edital.

SEÇÃO XXV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

183. As obrigações da futura CONTRATADA e da CONTRATANTE estão descritas e definidas no Termo de Referência – Anexo I e e na Minuta de Contrato – Anexo V deste Edital.

SEÇÃO XXVI – DO PAGAMENTO

184. O pagamento decorrente dos serviços contratados será efetuado na forma prevista no Termo de Referência – Anexo I e e na Minuta de Contrato – Anexo V deste Edital.

SEÇÃO XXVII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

185. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no Sicaf e no cadastro de fornecedores da Seção Judiciária de Rondônia, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para a contratação, e demais cominações legais, observada a graduação estabelecida no item 183, nos seguintes casos:
- Cometer fraude fiscal;
 - Apresentar documento falso;
 - Fizer declaração falsa;
 - Comportar-se de modo inidôneo;
 - Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - Não manter a proposta.
186. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei 8.666/1993.
187. Pelo descumprimento de obrigações editalícias, a Seção Judiciária de Rondônia aplicará multa sobre o valor total estimado para a contratação, conforme a graduação estabelecida abaixo:

Item	Descrição	Multa	Incidência
1	Participação no pregão mesmo impedido em razão das condições estabelecidas no item 16 deste Edital.	2,5% do valor global estimado	Por ocorrência
2	Abandono da sessão ou desistência da proposta após a abertura da sessão e antes da convocação no sistema, desde que previamente comunicado ao pregoeiro.	0,5% do valor global estimado	Por ocorrência
3	Abandono da sessão ou desistência da proposta após a convocação no sistema, descumprimento dos prazos e das condições de envio da proposta ou habilitação ou da correção ou justifica das falhas apontadas pelo pregoeiro.	1,5% do valor global estimado	Por ocorrência
4	Descumprimento do prazo e das condições estabelecidas para assinatura do contrato.	5% do valor global estimado	Por ocorrência
5	Recusa em assinar o contrato.	20% do valor global estimado	Por ocorrência

6	Ocorrência injustificada das hipóteses previstas no item 185 do Edital, exceto alíneas "e", "f" e "g".	2,5% do valor global estimado	Por ocorrência
7	Descumprimento injustificado das obrigações previstas no Edital que não sejam objeto de multa específica.	1% do valor global estimado	Por ocorrência

188. As sanções somente serão aplicadas para ocorrências não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito a ampla defesa e contraditório.
189. As multas deverão ser recolhidas mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, emitida pela contratante, no prazo de 5 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam, ou ainda, descontado da garantia contratual.
190. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela contratada, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.
191. A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.
192. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total contratado.
193. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para a compromissária ou contratada apresentar defesa prévia, não inferior a 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do artigo 109 da Lei n. 8.666/1993.
194. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
195. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.
196. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada às sanções administrativas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo V.

SEÇÃO XXVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

197. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
198. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **luciano.souza@trf1.jus.br** com cópia para **selit.ro@trf1.jus.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede da Seção Judiciária de Rondônia, situada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, 76.805-902, Porto Velho – RO.
199. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
200. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

201. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
202. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
203. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - a. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
204. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XXIX – DA SUBCONTRATAÇÃO

205. É expressamente vedada à contratada subcontratação das obrigações assumidas neste instrumento.

SEÇÃO XXX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

206. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.
207. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
208. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
209. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
210. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
211. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
212. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
213. **Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**
214. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
215. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que

compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

216. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, 76.805-902, Porto Velho – RO, nos dias úteis, no horário das 9 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados.
217. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a. ANEXO I – Termo de Referência, documento 16092296;
 - b. ANEXO II – Planilha Estimativa de Custos, documento 16092299;
 - c. ANEXO III – Formulário Modelo de Proposta, documento 16028476;
 - d. ANEXO IV – Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços, documento 16092307;
 - e. ANEXO V – Minuta de Contrato, documento 16028489;
 - f. ANEXO VI – Relação de Uniformes, Equipamentos e Materiais, documento 16028494;
 - g. ANEXO VII – Descrição das Atribuições dos Postos de Serviços, documento 16028498;
 - h. ANEXO VIII – Qualificação Mínima Exigida das Categorias, documento 16028506;
 - i. ANEXO IX – Adoção de Práticas de Sustentabilidade na Execução dos Serviços de Limpeza, documento 16028543;
 - j. ANEXO X – Planilhas de Cálculo Máximo de Produtividade para o Serviço de Limpeza, documento 16028551;
 - k. ANEXO XI – Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para Serviço de Limpeza, documento 16028558;
 - l. ANEXO XII – Orientação da Fiscalização Técnica, documento 16028567;
 - m. ANEXO XIII – Orientação da Fiscalização Administrativa, documento 16028572;
 - n. ANEXO XIV – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública, documento 16028576;
 - o. ANEXO XV – Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 – SINTELPES/RO X SEAC/RO, documento 16028581.

Porto Velho/RO, 12 de julho de 2022.

LUCIANO ALVES DE SOUZA
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Pregoeiro(a)**, em 13/07/2022, às 13:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16092248** e o código CRC **AFE1D834**.

0000533-42.2022.4.01.8012

16092248v2